



# Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

## LEI COMPLEMENTAR Nº 145 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA BONITA SAAE, A INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NA AUTARQUIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSÉ LUIS RICI, Prefeito da Estância Turística de Barra Bonita, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Bonita – SAAE, autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2017, destinado a promover a regularização e a recuperação de créditos da autarquia, decorrentes de débitos tributários ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Parágrafo único** - No caso dos débitos não tributários não haverá necessidade de estarem inscritos em dívida ativa para participarem deste Programa.

**Art. 2º** – O devedor poderá parcelar o débito principal com os acréscimos legais em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, devidamente atualizadas com juros e correção monetária.

**Parágrafo único** – No parcelamento não haverá desconto de multa, de juros devidos e de correção monetária.

**Art. 3º** – O parcelamento observará as seguintes condições e valores mínimos:

**§ 1º** – Para pessoas físicas e profissionais autônomos, o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais);

**§ 2º** – Para pessoas jurídicas o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

**Art. 4º** - Os contribuintes que possuam débitos, tributários ou não, parcelados junto à Municipalidade até a data anterior à promulgação desta Lei Complementar poderão aderir ao REFIS 2017, mediante a dedução dos



# Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

valores já quitados até o momento da adesão, corrigindo-se o valor dos débitos até a data do parcelamento.

**Art. 5º** - A adesão ao REFIS 2017 poderá abranger os débitos inscritos em Dívida Ativa, tributários ou não, que estejam sendo cobrados por via judicial.

**Parágrafo único** - Para efetivar a adesão ao REFIS 2017, o pedido administrativo deverá ser instruído com o comprovante do pagamento das custas judiciais, permanecendo o processo suspenso até a sua efetiva quitação, o que acarretará a extinção do feito.

**Art. 6º** - O prazo para adesão ao REFIS 2017 será definido por Decreto do Poder Executivo, devendo ser encaminhado cópia do ato ao Poder Legislativo.

**Art. 7º** - O débito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

**I** - aos acréscimos previstos na legislação vigente, que incidirão até a data do termo de adesão ao REFIS 2017;

**II** - ao acréscimo do percentual de inflação acumulado no ano anterior, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, verificada no dia 31 de dezembro do ano findo, a ser aplicado a partir da parcela com vencimento no mês de fevereiro do ano subsequente.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso no pagamento após a adesão ao REFIS 2017, as parcelas vencidas estarão sujeitas aos acréscimos previstos no artigo 168 da Lei Complementar nº 63, de 19 de dezembro de 2003, até o limite do artigo 11, inciso I, deste diploma legal.

**Art. 8º** - A adesão ao REFIS 2017 implicará na confissão irrevogável e irretratável, pelo contribuinte, dos seus débitos fiscais, na aceitação plena de todas as condições estabelecidas no mencionado Programa e na renúncia expressa a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial pertinente aos débitos, assim como na desistência daqueles já interpostos.

**Art. 9º** - No momento do requerimento de adesão ao REFIS 2017, o contribuinte devedor efetuará, sob pena de indeferimento, o pagamento da primeira parcela de seus débitos, observadas as regras do artigo 3º desta Lei Complementar.

NR



# Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

**Art. 10** - O parcelamento instituído pela presente Lei Complementar será rescindido pelo atraso no pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas.

**Parágrafo único** - A rescisão do parcelamento implicará na exigência do saldo do débito tributário mediante inscrição na dívida ativa, se ainda não houver sido inscrito, bem como na imediata execução judicial, restabelecendo-se os acréscimos legais, na forma da legislação aplicável, em especial os do artigo 168 da Lei Complementar nº 63/2003, em relação ao montante não pago.

**Art. 11** - Esta Lei Complementar será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, após a sua publicação.

**Art. 12** - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, reprimando-se o artigo 195, § 2º, da Lei Complementar nº 63/2003, após o transcurso do prazo fixado no Decreto de que trata o artigo 6º desta Lei Complementar.

Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita,  
25 de setembro de 2017.

O Prefeito,

  
**JOSÉ LUIS RICCI**

Publicada no átrio desta Prefeitura, nesta data.

**ANTONIO SERGIO PERASSOLI FILHO**

Diretor do Departamento de Gestão de Documentos